

20 DE NOVEMBRO

DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Há 306 anos morria Zumbi dos Palmares, o maior líder da resistência anti-escravista nas Américas. A sua luta contra a discriminação racial permanece ainda hoje como desafio para a sociedade. De acordo com os dados analisados pelo DIEESE, há evidências do processo de discriminação dos negros (homens e mulheres) no mercado de trabalho, em todas as regiões. As desvantagens geradas por atitudes discriminatórias ocorrem ao longo de todo o ciclo de vida socioeconômico da população negra. No caso da mulher negra, a situação é ainda pior. Quando o assunto é desemprego, por exemplo, a maior taxa ocorre para a população de mulheres negras, em todas as localidades pesquisadas. Entretanto, apesar de todos os problemas, a década de 90 foi um período importante de início de ações e discussões sobre a situação do negro no Brasil. A participação do Brasil na 3ª Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial teve como objetivo fazer a sociedade civil e o governo listarem uma série de medidas que pretendem reparar danos e injustiças seculares contra aos negros brasileiros.

OS TRABALHADORES NEGROS NO BRASIL

Embora a proporção de pretos e pardos na população brasileira seja menor do que a dos brancos, não há diferença numérica acentuada entre os dois grupos populacionais. Em 1999, a população branca no Brasil representava 54%; pretos, 5,4%; e pardos, 39,9% (Tabela 1).

A região Sul apresentava o maior número de brancos, 83,6%, seguida da região Sudeste, com 64,0%. A maior porcentagem de pretos se encontra no Sudeste, 6,7%, e no Nordeste (5,6%). Já a maior proporção de pardos se encontra no Norte, 68,3%, e Nordeste, 64,5%.

TABELA 1
POPULAÇÃO TOTAL, POR COR
BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1999

Grandes Regiões/ Cor	(EM %)		
	Branca	Preta	Parda
Brasil	54,0	5,4	39,9
Norte	28,4	2,3	68,3
Nordeste	29,7	5,6	64,5
Sudeste	64,0	6,7	28,4
Sul	83,6	3,0	12,6
Centro-oeste	46,2	3,5	49,4

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2000
Elaboração: DIEESE

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO A
SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E A COR
BRASIL – 1999

Cor/ Situação do Domicílio	(EM %)	
	Urbana	Rural
Branca	56,7	43,6
Preta	5,4	5,3
Parda	37,2	50,7

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2000
Elaboração: DIEESE

A população preta e parda apresenta proporção mais elevada de residentes em áreas rurais (56%), enquanto a branca se concentra de forma mais expressiva nas áreas urbanas (56,7%). Esse dado pode ser

a evidência de um dos obstáculos à mobilidade ascendente dos pretos e pardos, já que nas áreas rurais, rendimentos, oportunidades educacionais e condições de vida material são inferiores aos da cidade.

TABELA 3
POBREZA E INDIGÊNCIA, POR COR
BRASIL — 1999

Indicadores/Cor	Branca	Preta	Parda
Pobres	22,6%	42,9%	48,4%
Indigentes	8,1%	18,3%	22,3%
Número de pobres (Milhares)	19.008	3.597	30.041
Número de indigentes (Milhares)	6.862	1.533	13.841

Fonte: IBGE. Pnad. Apud: Henriques, Ricardo. *Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.*

Elaboração: DIEESE

Na população total por cor, verifica-se que, entre os pardos, há 48,4% de pobres e 22,3% de indigentes. Na população de cor preta, 42,9% são pobres e 18,3%, indigentes. Já considerando somente a população de cor branca, em 1999, 22,6% são pobres e 8,1%, indigentes.

Esses dados permitem concluir que a população preta e parda possui piores condições de vida do que a população branca.

Quanto à inserção por posição na ocupação, há diferenças expressivas. Na categoria de trabalhadores domésticos, os brancos são 6,1%, enquanto os pardos chegam a 8,4% e os pretos a 14,6%. Entre os empregadores, cerca de 5,7% são brancos, 2,1%, pardos, e 1,1%, pretos (Tabela 4).

TABELA 4
POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO NO TRABALHO PRINCIPAL, POR COR
BRASIL — 1999

Posição na ocupação no trabalho principal	(EM %)		
	Branca	Preta	Parda
Empregados	46,5	47,5	42
Militar ou estatário	7,5	5,7	5,4
Trabalhador Doméstico	6,1	14,6	8,4
Conta-própria	22,4	21,0	24,6
Empregadores	5,7	1,1	2,1
Não remunerados e outros ⁽¹⁾	11,8	10,1	17,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2000

Elaboração: DIEESE

Entre 1992 e 1999, há aumento nos anos de estudo tanto dos brancos quanto dos pretos e pardos. Entretanto, os brancos continuam com um número maior de anos de estudo.

TABELA 5
ANOS MÉDIOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO, POR COR
BRASIL — 1992/1999

Brasil	(EM %)		
	Branca	Preta	Parda
1992	5,8	3,4	3,7
1999	6,7	4,5	4,6

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2000

Elaboração: DIEESE

O mesmo acontece com as taxas de analfabetismo. De forma geral, há redução das taxas em todo o Brasil e para todos os grupos de cor. No entanto, os pretos e pardos possuem taxas de analfabetismo maiores do que os brancos.

TABELA 6
TAXAS DE ANALFABETISMO DAS PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS
POR COR
BRASIL – 1992/1999
(EM %)

Brasil	Branca	Preta	Parda	Total
1992	10,6	28,7	25,2	17,2
1999	8,3	21,0	19,6	13,3

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2000
Elaboração: DIEESE

A mesma desigualdade persiste com relação ao acesso e à conclusão da educação superior. Os pretos e pardos que concluíram os cursos superiores são apenas 15,7% do total de formandos que realizaram o Provão 2000.

TABELA 7
GRUPOS DE COR NA UNIVERSIDADE
NÚMERO DE FORMANDOS POR COR - 2000
(EM %)

Curso	Branços	Negros	Pardos
Administração	83,3	1,6	10,9
Direito	84,1	2,0	10,8
Engenharia Civil	81,2	1,8	12,4
Engenharia Química	82,8	1,8	11,0
Medicina Veterinária	84,9	1,1	9,5
Odontologia	85,8	0,7	8,4
Matemática	73,4	3,5	20,0
Jornalismo	81,5	2,9	11,5
Letras	70,9	3,9	21,6
Engenharia Elétrica	79,8	1,5	12,0
Engenharia Mecânica	81,0	1,9	11,6
Medicina	81,6	1,0	12,3
Economia	77,9	2,9	15,7
Física	72,8	3,5	18,5
Química	75,0	3,6	17,9
Biologia	74,9	2,5	19,2
Agronomia	78,1	1,6	14,5
Psicologia	83,3	1,6	11,8

Fonte: INEP/QUESTIONÁRIOS DOS FORMANDOS NO PROVÃO 2000. Apud: Folha de S. Paulo
Elaboração: DIEESE

A diversidade da sociedade brasileira não está representada entre os formandos, nem mesmo em cursos menos concorridos, para carreiras de menor prestígio social. Os brancos são a maioria em todas as carreiras, mas aparecem em maior número, em 2000, no curso de Odontologia (85,8%). Os negros que seguiram a mesma carreira foram 0,7% e pardos, 8,4%.

TABELA 8
ANOS DE ESTUDO E RENDIMENTO MÉDIO DOS OCUPADOS POR COR
BRASIL E GRANDES REGIÕES – 1999

Regiões	<i>Branca</i>		<i>Preta</i>		<i>Parda</i>	
	Anos de estudo	Rend. Médio Em Salário Mínimo	Anos de estudo	Rend. Médio Em Salário Mínimo	Anos de estudo	Rend. Médio Em Salário Mínimo
Brasil	7,6	5,25	5,2	2,43	5,2	2,54
Norte	7,8	4,77	5,7	2,92	6,1	2,93
Nordeste	6,1	3,67	3,9	1,60	4,4	1,98
Sudeste	8,1	5,90	5,7	2,81	5,9	3,03
Sul	7,3	4,73	5,8	2,55	5,2	2,47
Centro-oeste	7,7	5,63	5,3	2,54	5,9	3,14

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2000
Elaboração: DIEESE

No Brasil, em 1999, a população ocupada preta possuía os mesmos anos de estudo que a população parda, mas o rendimento médio em salários mínimos dos primeiros era menor: 2,43 contra 2,54. Os brancos possuem, em todas as regiões, mais anos de estudo do que os pretos e pardos. Os pardos, por sua vez, possuem mais anos de estudo do que os pretos.

No grupo dos brancos, a escolaridade é maior na região Sudeste (cerca de 8 anos de estudo) e o rendimento médio em salários mínimos corresponde a 5,9. A menor quantidade de anos de estudo ocorre na região Nordeste (6,1) e o rendimento médio correspondente é de 3,67 salários mínimos, também o menor.

Já no grupo dos pretos, a região Sul é a que apresenta mais anos de estudo (5,8) e o rendimento médio em salários mínimos correspondente é 2,55. O menor rendimento médio de todas as regiões, para este grupo, está na região Norte (2,92), que possui a segunda maior quantidade de anos de estudo (5,7).

No grupo dos pardos, a região com mais anos de estudo é a Norte (6,1), que apresenta rendimento médio de 2,93 salários mínimos.

TABELA 9
DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS POR CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL
FAMILIAR PER CAPITA, SEGUNDO A COR DO CHEFE
BRASIL - 1999

Classes de Rendimento	Famílias segundo a cor do chefe		
	<i>Branca</i>	<i>Preta</i>	<i>Parda</i>
Até ½ salário mínimo	12,7	26,2	30,4
Mais de ½ a 1 salário mínimo	20,0	28,6	27,7
Mais de 1 a 3 salários mínimos	37,3	31,1	27,7
Mais 3 a 5 salários mínimos	11,1	4,3	4,4
Mais de 5 salários mínimos	14,1	3,4	3,2

Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 2000
Elaboração: DIEESE

A proporção de pretos (7,7%) e pardos (7,6%) na faixa acima de três salários é muito inferior à de brancos (25,5%). De maneira inversa, nas famílias que ganham até ½ salário mínimo, os brancos são 12,7%, enquanto os pretos e pardos somam 56,6%.

OS TRABALHADORES NEGROS NAS REGIÕES METROPOLITANAS

Nas seis regiões metropolitanas brasileiras onde é realizada a PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego -, pelo convênio DIEESE/SEADE e entidades regionais, é mais intensa a presença da população negra no mercado de trabalho, demonstrada pelas elevadas taxas de participação (Tabela 10).

TABELA 10
TAXAS DE PARTICIPAÇÃO, POR SEXO E COR
REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL —2001

Regiões	(EM %)					
	Negros			Não-Negros		
Metropolitanas	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Belo Horizonte	59,1	51,1	67,8	57,0	47,7	67,9
Distrito Federal	64,1	57,3	71,6	60,6	54,5	68,2
Porto Alegre	59,5	53,1	66,9	59,2	49,7	69,3
Recife	53,7	43,9	64,8	52,6	43,8	64,0
Salvador	61,5	55,4	68,7	58,1	49,5	68,7
São Paulo	63,5	55,1	72,7	61,8	52,0	72,5

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2001

(b) Negros inclui pretos e pardos. Não-Negros inclui brancos e amarelos.

Os homens, negros e não-negros, apresentam taxas de participação no mercado de trabalho mais elevadas do que as mulheres. Independentemente da cor, os homens não apresentam grandes diferenças na participação no mercado de trabalho. Mesmo assim, em São Paulo e no Distrito Federal, a taxa de participação dos homens negros superou, no primeiro semestre de 2001, o patamar de 70% .

TABELA 11
TAXAS DE PARTICIPAÇÃO, POR COR E IDADE
REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL —2001

Regiões Metropolitanas	Cor	(Em %)			
		10 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 39 anos	40 anos e mais
Belo Horizonte	Negros	16,7	77,1	81,1	53,8
	Não-Negros	15,0	72,8	80,0	49,5
Distrito Federal	Negros	16,3	78,7	86,1	60,7
	Não-Negros	11,7	72,9	84,7	55,6
Porto Alegre	Negros	17,9	76,2	81,6	59,8
	Não-Negro	17,3	76,2	82,4	53,6
Recife	Negros	14,6	64,4	76,7	49,0
	Não-Negros	11,8	65,6	77,6	45,6
Salvador	Negros	17,1	76,2	84,5	57,2
	Não-Negros	(1)	66,2	84,9	52,1
São Paulo	Negros	23,2	81,0	82,2	61,8
	Não-Negros	22,9	80,9	82,7	53,8

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Obs.: (a) Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2001;

(b) Negros inclui pretos e pardos. Não-Negros inclui brancos e amarelos

O comportamento das taxas de participação segundo idade é semelhante para negros e não-negros, pois cresce até os 39 anos e depois declina. No entanto, a parcela negra da população experimenta trajetória mais desfavorável. Por exemplo, o ingresso precoce no mercado de trabalho dos jovens negros, com idade entre 10 a 17 anos, é significativo, principalmente em São Paulo (23,2%). Também é relativamente maior a permanência no mercado de trabalho dos indivíduos negros com 40 anos e mais de idade, com taxas de participação que oscilam entre 49% (Recife) e 61,8% (São Paulo). Na mesma faixa etária, os indivíduos de cor branca apresentam taxas menores, em todas as regiões (Tabela 11).

A alta participação da população no mercado de trabalho não garante, no entanto, igualdade de inserção. A taxa de desemprego é bem maior para a população negra, em todas as regiões metropolitanas (Tabela 13).

TABELA 12
TAXAS DE DESEMPREGO, POR SEXO E COR
REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL — 2001

Regiões	(EM %)					
	Negra			Não-Negra		
Metropolitanas	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Belo Horizonte	19,5	21,8	17,5	16,1	18,7	16,1
Distrito Federal	22,7	26,1	19,7	16,8	20,4	13,3
Porto Alegre	23,5	26,4	20,9	14,1	17,6	11,5
Recife	22,1	26,9	18,4	19,8	23,5	16,4
Salvador	28,4	31,2	25,9	18,9	24,3	14,2
São Paulo	21,6	25,3	18,4	15,3	18,1	13,0

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a): Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2001;

(b) Negros inclui pretos e pardos. Não-Negros inclui brancos e amarelos

Na região metropolitana de Salvador, a taxa de desemprego é de 28,4% para a população negra e de 18,9% para a não-negra - uma diferença de 9,5 pontos percentuais. Em Recife, região com alta concentração de população negra, apresentam-se elevadas taxas de desemprego tanto para a população negra (22,1%) quanto para a de não-negros (19,8%).

As taxas de desemprego são mais elevadas entre os trabalhadores que possuem o ensino médio incompleto, em todas as regiões. Entretanto, são mais elevadas para os trabalhadores negros, em todos os graus de escolaridade. A única exceção ocorre entre os desempregados de nível superior do Distrito Federal, cujas taxas se igualam em 7,3%.

TABELA 13
TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL, POR COR E ESCOLARIDADE
REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL – 2001

Regiões Metropolitanas	Cor	(em %)					
		Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior
Belo Horizonte	Negra	(1)	24,2	23,2	33,8	19,2	(1)
	Não-Negra	17,9	15,6	16,3	22,3	12,6	4,8
Distrito Federal	Negra	23,1	27,2	25,5	33,8	19,7	7,3
	Não-Negra	15,9	22,0	23,0	30,3	18,3	7,3
Recife	Negra	17,0	22,0	23,3	30,9	22,4	(1)
	Não-Negra	(1)	20,5	21,9	29,7	22,5	(1)
Porto Alegre	Negra	(1)	24,2	23,2	33,8	19,2	(1)
	Não-Negra	17,9	15,6	16,3	22,3	12,6	4,8
Salvador	Negra	(1)	31,5	29,3	42,1	25,3	(1)
	Não-Negra	(1)	26,5	27,3	(1)	19,7	(1)
São Paulo	Negra	16,4	21,4	25,9	32,7	18,1	6,9
	Não-Negra	16,2	16,7	17,8	26,4	14,3	6

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Obs.: (a): Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2001;

(b) Negros inclui pretos e pardos. Não-Negros inclui brancos e amarelos

A taxa de desemprego para as mulheres é, tradicionalmente, maior em comparação a dos homens. A situação da mulher negra no mercado de trabalho é mais desfavorável do que a da mulher não-negra. Em todas as regiões pesquisadas, a população de mulheres negras apresentou maior taxa de desemprego sendo que, em Salvador, esta taxa chegou a alcançar o patamar de 31,2%.

Entre os trabalhadores analfabetos, a taxa de desemprego da população negra é superior a 16%, chegando a alcançar 23,1% no Distrito Federal.

Algumas regiões metropolitanas, como São Paulo e Porto Alegre, apresentam grandes diferenças na taxa de desemprego por grau de escolaridade e por grupos raciais: os trabalhadores negros paulistas, que estudaram até o ensino fundamental completo, apresentam taxa de desemprego de 25,9%, enquanto que para os não-negros, o percentual é de 17,8%, perfazendo diferença de 8,1 pontos percentuais. Em Porto Alegre, esta diferença alcança 11,5 pontos percentuais, quando se observa a taxa de desemprego entre a população negra (33,8%) e não-negra (22,3%), que possui o ensino médio.

O rendimento é um indicador fundamental em relação à qualidade de vida e trabalho, definindo a situação social de um indivíduo ou de um grupo. Seus diferenciais revelam, de forma concreta, a distribuição da riqueza na sociedade. Os rendimentos dos trabalhadores negros são inferiores aos dos não-negros em todas as regiões. No Distrito Federal e em Recife, esses trabalhadores têm seus maiores (R\$ 879,00) e os menores rendimentos (R\$352,00), respectivamente (Tabela 14).

Os rendimentos das mulheres são sempre inferiores aos dos homens. A comparação entre o rendimento das mulheres não-negras e dos homens negros aponta que estes últimos possuem sistematicamente menores salários, confirmando que a discriminação em relação à cor do indivíduo é maior do que a do sexo. Os rendimentos das mulheres negras são os mais baixos do mercado de trabalho, valendo apenas R\$ 263,00, em Recife, e R\$ 694, no Distrito Federal.

TABELA 14
RENDIMENTO MÉDIO REAL MENSAL DOS OCUPADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR SEXO E COR
REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL — 2001

(EM R\$ DE JUNHO DE 2001)

Regiões	Negra			Não-Negra		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Metropolitanas						
Belo Horizonte	587	426	725	733	587	926
Distrito Federal (1)	879	694	1.037	1.321	1.062	1.573
Porto Alegre	437	354	512	719	581	822
Recife	352	263	417	652	492	784
Salvador	479	366	586	1.024	748	1.254
São Paulo	526	411	620	964	720	1.157

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Valores em Reais de Maio de 2001, atualizados pelo IPCR-SDE/GDF

Obs.: a) Inflator utilizado: IPCA/BH/IPEAD; ICV-DF/Codeplan;

IPC-IEPE/RS; IPC-DESCON/FUNDAJ/PE; IPC-SE/BA; ICV-DIEESE/SP

b) Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2001

Os ocupados não-negros recebem mais do que os negros, situação que se mostra idêntica para os assalariados. Os maiores rendimentos dos ocupados e assalariados negros estão no Distrito Federal e os menores na região metropolitana de Recife. Este mesmo quadro se repete para os ocupados e assalariados não-negros.

TABELA 15
RENDIMENTO MÉDIO REAL MENSAL DOS OCUPADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR COR
REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL — 2001

(EM R\$ DE JUNHO DE 2001)

Regiões Metropolitanas	Negra		Não-Negra	
	Ocupados		Ocupados	
	Total	Assalariados	Total	Assalariados
Belo Horizonte	587	611	773	786
Distrito Federal (1)	879	987	1321	1414
Porto Alegre	437	472	719	723
Recife	352	416	652	707
Salvador	479	535	1024	985
São Paulo	526	580	964	985

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

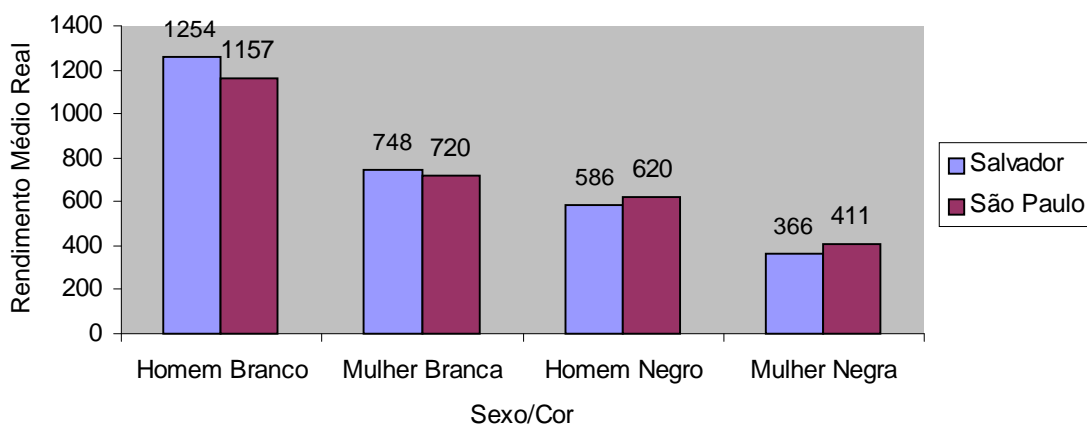
Nota: (1) Valores em Reais e Maio de 2001, atualizados pelo IPCR-SDE/GDF

Obs.: a) Inflator utilizado: IPCA/BH/IPEAD; ICV-DF/Codeplan;

IPC-IEPE/RS; IPC-DESCON/FUNDAJ/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

b) Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2001

GRAFICO 1
RENDIMENTO MEDIO REAL MENSAL DOS OCUPADOS, POR SEXO E COR
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E SALVADOR – 2001



Fonte: DIEESE- SEADE e instituições regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2001

A discriminação contra homens e mulheres negros é maior em Salvador do que em São Paulo, embora na capital baiana a população negra seja superior. Em Salvador, homens e mulheres brancos têm rendimento superior a São Paulo. Quando se compara os rendimentos das duas capitais, homens e mulheres negros têm maiores rendimentos em São Paulo.

TABELA 16
DISTRIBUIÇÃO DOS ASSALARIADOS, POR COR E GRUPO DE OCUPAÇÃO
BRASIL - REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL - 2001

Regiões Metropolitanas	Negra				Não-negra			
	Direção e Planejamento	Execução	Apoio	Outros	Direção e Planejamento	Execução	Apoio	Outros
Belo Horizonte	11,5	57,5	20,7	10,4	19,3	51,8	20,0	8,9
Distrito Federal	11,8	45,5	39,4	3,2	23,3	34,3	38,2	4,1
Porto Alegre	3,8	47,9	27,7	20,5	12,8	49,3	23,8	14,1
Recife	6,0	55,4	29,7	8,9	16,3	44,7	31,5	7,4
Salvador	9,1	52,2	33,2	5,5	23,0	40,9	28,7	(2)
São Paulo	4,2	55,6	28,3	11,9	15,3	47,3	27,6	9,8

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclui os empregados domésticos

(2) a amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Obs.: (a) Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2001

(b) Negros inclui pretos e pardos. Não-Negros inclui brancos e amarelos.

O percentual de negros em cargos de direção e planejamento é inferior a 12% em todas as regiões analisadas. Em São Paulo, apenas 4,2% dos assalariados negros ocupam postos de trabalho de direção e planejamento. Este percentual só não é inferior ao registrado em Porto Alegre (3,8%). Em contrapartida, os dados apontam que 15,3% dos trabalhadores não-negros de São Paulo têm acesso a esse posto.

Mais da metade dos negros assalariados ocupa postos de trabalho de execução em Recife, Salvador, São Paulo e Belo Horizonte, mas para os não-negros este percentual é um pouco menor. A proporção entre negros e não-negros em ocupações de apoio é semelhante nas regiões analisadas.

TABELA 17
PROPORÇÃO DE OCUPADOS EM SITUAÇÕES DE TRABALHO VULNERÁVEIS⁽¹⁾, POR SEXO E COR
REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL - 2001

(EM %)

Regiões Metropolitanas	Negra			Não-Negra		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Belo Horizonte	40,4	50,5	32,1	29,6	33,6	26,7
Distrito Federal	32,6	40,4	26,3	23,7	27,3	20,5
Porto Alegre	40,4	50,5	32,1	29,6	33,6	26,7
Recife	44,7	55,7	37,0	35,4	41,4	30,5
Salvador	43,5	52,4	35,7	30,2	34,9	26,5
São Paulo	41,6	52,5	33,2	32,5	38,1	28,3

Fonte: DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não remunerados e os empregados domésticos.

Obs.: (a) Dados com base na média do período de janeiro a junho de 2001

(b) Negros inclui pretos e pardos. Não-Negros inclui brancos e amarelos.

2001: ANO INTERNACIONAL CONTRA O RACISMO

Em 1998, a Assembléia Geral das Nações Unidas decidiu proclamar 2001 como Ano Internacional de Mobilização Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância. A decisão pretendeu chamar a atenção mundial para os objetivos da Conferência e impulsionar e ampliar o compromisso político do racismo e da discriminação racial.

Entidades sindicais participam das Conferências da ONU

- **Primeira Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial (1978)**

A primeira Conferência Mundial para o Combate ao Racismo e à Discriminação Racial foi realizada em Genebra (Suíça), em 1978. A Declaração e o Programa de Ação da primeira Conferência reafirmaram a falsidade inerente ao racismo e a ameaça que este traz às relações amigáveis entre as pessoas e nações. A Declaração condenou o apartheid, “a forma extrema de racismo institucionalizado”, como um crime contra a humanidade, uma afronta à dignidade humana e uma ameaça à paz e à segurança no mundo. Além disso, recomendou que, devido às severas desigualdades econômicas que resultam da discriminação racial, os esforços para combater o racismo devem incluir medidas para a melhoria das condições de vida de homens e mulheres.

- **Segunda Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial (1983)**

A segunda Conferência Mundial para o Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, realizada em Genebra (Suíça), em 1983, revisou e avaliou as atividades desenvolvidas durante a Década para Ações de Combate ao Racismo e a Discriminação Racial e formulou medidas específicas para assegurar a implementação dos instrumentos das Nações Unidas para a eliminação do racismo, da discriminação racial e do apartheid. Além de reafirmar sua condenação ao racismo, a Declaração adotada por esta Conferência expressa que “o racismo e a discriminação racial são aflições contínuas que devem ser erradicadas no mundo”. Ela também afirmou ser o apartheid totalmente contrário à consciência e dignidade humanas e uma ameaça à paz e segurança internacionais. A declaração pediu que medidas fossem tomadas contra todas as ideologias e práticas, tais como o apartheid, o nazismo, o fascismo e o neo-nazismo, baseadas na exclusividade ou intolerância racial ou étnica, ódio, terror ou negação sistemática de direitos humanos e liberdades fundamentais. Além disso, expressou a necessidade urgente de proteger os direitos dos refugiados, imigrantes e trabalhadores migrantes e deu boas-vindas ao estabelecimento do Grupo de Trabalho das Nações Unidas para as Populações Indígenas. Também recomendou o lançamento da Segunda Década para o Combate ao Racismo e à Discriminação Racial.

- **Terceira Conferência Mundial de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial (2001)**

Em 1997, a Assembléia Geral decidiu convocar uma Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (CMR) para se realizar até 2001. A decisão refletiu a crescente preocupação sobre o aumento, em escala mundial, de incidentes causados pelo racismo, pela discriminação racial, pela xenofobia e por formas correlatas de intolerância, e pelo reconhecimento dos desafios e perspectivas para o combate a estes fenômenos.

Medidas reparatórias

A 3ª Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância foi realizada em setembro de 2001, em Durban, na África do Sul. As resoluções estão sendo elaboradas.

1) CONFERÊNCIAS SINDICAIS INTERNACIONAIS

Duas Conferências Sindicais Internacionais pela Igualdade Racial foram realizadas: a primeira, em 1994, em Salvador (BA), e a segunda, em 1995, em Washington (DC). As conferências reuniram dirigentes da CUT, Força Sindical (CGT), representantes da Federação Geral dos Sindicatos dos Estados Unidos (AFL-CIO), do Congresso dos Sindicatos da África do Sul (COSATU) e da Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT).

2) A CRIAÇÃO DO INSPIR

Em 20 de novembro de 1995, três centrais sindicais do Brasil – CUT, CGT e Força Sindical – se uniram para fundar o Instituto Interamericano pela Igualdade Racial (INSPIR), com o apoio da central AFL-CIO e da Organização Interamericana dos Trabalhadores, sediada em Caracas, Venezuela. São objetivos do INSPIR:

- A produção de um guia para sindicatos sobre como negociar e defender cláusulas nos acordos entre empregados e empregadores e como fiscalizar o comportamento discriminatório no dia-a-dia;
- A realização de seminários regionais no meio sindical;
- A criação de um banco de dados como um instrumento de controle do cumprimento das cláusulas antidiscriminação;
- Uma ação junto ao patronato, através de câmaras e associações de empregadores.